



CÂMARA MUNICIPAL DE CAPANEMA

ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 43/2025

Proposição: Altera o Inciso V do art. 49 da Lei Municipal nº 1.463, de 12 de setembro de 2013, para exigir o ensino médio completo para o exercício em função de Conselheiro Tutelar.

Autoria: Poder Executivo

Relatora: Edna Tavares

Parecer: FAVORÁVEL À TRAMITAÇÃO

Câmara Municipal de Capanema - PR



PROTOCOLO GERAL 957/2025
Data: 06/11/2025 - Horário: 11:10
Administrativo

1. RELATÓRIO

Nos termos no disposto no artigo 42 do Regimento Interno desta Casa de Leis, passamos a analisar os aspectos legais do Projeto de Lei acima epigrafado.

A matéria deu entrada nesta Casa Legislativa através do ofício nº 750/2025 em 03 de novembro, recebendo o protocolo nº 946/2025.

O autor busca autorização desta respeitável Casa para alterar a Lei Municipal 1.463/2013, especificamente o seu Artigo 49, exigindo para que os candidatos a Conselheiro tutelar tenham cursado e concluído o Ensino Médio.

Após sua leitura em Sessão Ordinária, o senhor Presidente encaminhou para essa Comissão para exame e emissão de Parecer.

2. PARECER DA COMISSÃO

Não encontrando impedimentos de ordem legal e encontrando-o redigido dentro dos aspectos que cabe essa Comissão analisar, somos Favoráveis e indicamos sua Aprovação de forma unânime pelos pares desta colenda Câmara.

PAÇO MARCELINO AMPESSAM, aos 05 dias do mês de novembro de 2025.

Eduarda Tortora
Presidente

Edna Tavares
Relatora

Ivone Silva
Secretária